



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PREÂMBULO

O Município de Vila Rica - MT, representado neste ato pela Pregoeira SÂMIA SANTOS ARAÚJO, designada pela portaria 77/2019, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando a formalização do contrato, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seu anexos que se subordinam as normas gerais das Leis nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/05/2019 ÀS 08h00min

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Vila Rica/MT, sito à Avenida Brasil nº 2.000, Bairro Bela vista, **até o horário estipulado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do Pregão.**



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



2. OBJETO

2.1 A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços típicos de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica para as Secretarias: Administração, Gabinete, Educação, Saúde, Obras, Agricultura, Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. Dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito Municipal

Proj/Ativ. 2.002..... Manutenção e Encargos com o Gabinete
(11) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Administração

Proj/Ativ. 2.009..... Manutenção e Encargos com a Secretaria
(75) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria de Educação

Proj/Ativ. 2.019..... Manutenção e Encargos com a Secretaria
(123) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.020..... Manutenção do Fundo Municipal de Educação
(138) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.028..... Manutenção e Encargos com Salário Educação
(149) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.034..... Manutenção e Encargos com a Creche Municipal
(175) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
(177) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.035..... Manutenção e Encargos com a Pré-Escola
(186) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
(188) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2.046 Manutenção e Encargos do PAB Atenção Básica
(515) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.049..... Manutenção e Encargos com CAPS
(570) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.051 Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação
(578) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.053 Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
(594) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.058 Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária
(608) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.052 Manutenção e Encargos com Laboratório Municipal
(586) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.061 Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde
(631) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Proj/Ativ. 2.064 Manutenção e Encargos com o Gabinete
(303) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.065 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública
(335) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.119 Manutenção das Despesas da SAEVIR
(361) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Agricultura

Proj/Ativ. 2.075 Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura
(264) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Ação Social

Proj/Ativ. 2.083 Manutenção e Encargos com a Secretaria
(410) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.084 Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assist. Social
(428) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.095 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social
(453) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
(454) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica



Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

Proj/Ativ. 2.100 Manutenção e Encargos com Departamento Cultural
(376) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.104 Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto
(394) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.241 Manutenção e Encargos da Secretaria
(767) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1. Poderão participar do Pregão as empresas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.

4.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer a documentação original, OU fotocópias das mesmas autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

4.2.3. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

4.2.4. Os documentos em cópias simples deverão ser autenticados em Cartório, até o dia imediatamente anterior da data designada para a data marcada para entrega dos envelopes e disputa de lances.

4.3. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos em edital.

4.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.4.1. Que se encontrem sob falência, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.4.2. Pessoas Jurídicas que foram penalizadas administrativa ou criminalmente em função de infrações ambientais.

4.4.3. Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.4.4. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.4.5. Sociedades Cooperativas.

4.5. A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Equipe de Apoio do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.



4.5.1 Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo da habilitação se este ocorrer após a abertura do certame.

4.6. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

4.6.1. Estar ciente das condições da licitação;

4.6.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.6.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo Pregoeiro;

4.6.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

5.2. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

5.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.2 e 11.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 6.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, **juntamente com os documentos de habilitação**, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º do dispositivo supracitado.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA

6.1. TODOS OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES DEVEM ESTAR FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA OU DE DOCUMENTOS

6.2. O licitante poderá vir representado por seu administrador ou por mandatário

6.3. Somente será admitido o credenciamento de um único representante para cada licitante.

6.4. O representante deves ter poderes para, em nome do licitante, praticar todos os atos relativos as etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações.

6.5. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto o Pregoeiro por meio de instrumentos públicos ou particulares, observado o seguinte:

6.5.1. No caso de pessoa que exerce a função de órgão da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente, etc.), deverão ser apresentados:

a) copia de sua carteira de identidade ou outro documento de identificação com foto. (devidamente autenticados conforme item 6.8 deste Edital).

b) registro comercial, no caso de empresa individual;

c) instrumento de constituição da sociedade empresaria (ato constitutivo, contrato social ou estatuto), o qual devesa constar os poderes necessários a assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão apresentar copia de identificação com foto e, também, outorgar os poderes necessários para o sócio representante. (devidamente autenticados conforme o item 6.8 deste Edital).

6.6. No caso da empresa ser representada por mandatário, o mesmo devesa apresentar, além dos documentos do item 6.5.1, também, devesa apresentar os seguintes documentos:

a) copia de sua carteira de identidade ou outro documento de identificação com foto do mandatário. (devidamente autenticados conforme o item 6.8 deste Edital).



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



b) Instrumento público de procuração ou instrumento particular, com a firma do outorgante reconhecida, e com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente. Cabe salientar, que a falta de clareza quanto aos poderes necessários a oferta de lances implicara a impossibilidade de o licitante formula-los. Recomenda-se, assim, a adoção do modelo de procuração posto no Anexo VII deste edital (reconhecida em cartório).

6.7. Após o credenciamento, os interessados ou seus representantes deverão apresentar **uma declaração** (modelo no **Anexo VIII**), **fora dos envelopes**, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. O cumprimento dessa exigência é **pré-requisito para participação no certame**.

6.8. Os interessados que enviarem os envelopes de proposta comerciais e documentação sem representante credenciado deverão remeter, fora dos envelopes, a declaração acima.

6.9. O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular as ofertas verbais da etapa de lances do pregão, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita. Igualmente, o licitante não poderá praticar qualquer ato na sessão de realização do certame, como a interposição de recursos.

6.10. Os documentos necessários ao credenciamento de representante deverão ser apresentados em **original**, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, não serão, portanto autenticados documentos pelo pregoeiro ou equipe de apoio durante a sessão de julgamento do certame licitatório.

6.11. As microempresas e empresas de pequeno porte que optarem em se beneficiar pela lei complementar nº 123/2006, lc 147/2014 e lc 155/2016, devera apresentar apos a fase de credenciamento, declaração autenticada pelo órgão competente ou documento que comprove seu enquadramento como epp ou me.

6.11.1. As empresas que não apresentarem os documentos referentes ao item 6.11 deste edital após a fase de credenciamento, antes do inicio da abertura das propostas, não poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, LC 147/2014 e LC 155/2016.

6.12. Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

6.13. Os documentos de credenciamento serão retidos pelo pregoeiro e equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

6.14 Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexecutáveis.

6.14.1. Considerar-se-á inexecutável a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

6.14.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº



8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- 6.14.2-1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 6.14.2-2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 6.14.2-3. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 6.14.2-4. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1 Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, o representante da licitante entregará os dois envelopes não transparentes e lacrados, um contendo a proposta de preços e outro os documentos de habilitação, independentemente de credenciamento, não sendo aceita, a partir desse momento, a participação de novos licitantes.

7.2. O envelope contendo a Proposta de Preços deverá ter, expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT
PROCESSO LICITATORIO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL N º 010/2019
REGISTRO DE PREÇO 017/2019
01 – PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT
PROCESSO LICITATORIO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL 010/2019
REGISTRO DE PREÇO 017/2019
02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.3. Inicialmente, será aberto o Envelope das Propostas de Preços e, após, o Envelope dos Documentos de Habilitação.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta deverá ser emitida em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente, desde que acompanhadas de sua tradução entre parênteses, suas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



mandatário), redigida com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado e, ainda, contendo:

8.1.1. Uma única proposta, contendo preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (**duas casas decimais após a vírgula**) e por extenso. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

8.1.2. Folha de identificação da licitante, contendo: Razão ou Denominação Social, endereço completo, telefone/fax, número do CNPJ/MF e, se possível, número da conta pessoa jurídica, agência e respectivo banco, praça de pagamento e endereço eletrônico;

8.1.3. O Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

8.1.3.1. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

8.1.4. Declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

8.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser fornecido, executado, sem ônus adicionais;

8.3. A não identificação na Proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

8.4. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado, obtido através de cotação realizada pelo Setor de Compra, os valores ofertados devem ser compatíveis, sob pena de desclassificação da proposta;

8.5. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;



8.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

8.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas à Pregoeira.

8.9 Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

8.9.1. Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;

8.9.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou Defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.9.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às Condições estabelecidas neste edital;

8.10. A simples participação neste certame implica em:

8.10.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

8.10.2. Que a empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada em até 48 (quarenta e oito) horas, exceto no caso de justificativa aceita pela Pregoeira Oficial, que estabelecerá novo prazo;

8.10.3 Comprometimento da empresa vencedora em fornecer os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

9. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO)

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Deverão constar os seguintes documentos:

9.1.1. **Declaração conforme Anexo 06.**

I – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de 01 (um) ou mais, **atestados de capacidade técnica**, que comprove já ter prestados os serviços constantes do objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se relacionem os serviços prestados, informando, sempre que possível valor e demais dados técnicos, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido pelas entidades, em papel timbrado, assinados, datados; conforme Anexo 04 do Edital.

b) Apresentação de 01 (um) ou mais, **atestados de capacidade técnica** em nome do profissional, devidamente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes;

c) **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA**, comprovando a regularidade da empresa no órgão.



- d) comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da ata da assembleia de sua investidora no cargo ou contrato social.
- e) A proponente deverá emitir declaração que possui profissional habilitado para emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pelos serviços de manutenção de iluminação pública, bem como equipamentos para a execução dos serviços, conforme modelo apresentado no Anexo X.

II – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade (**RG**) e Cadastro de Pessoa Física (**CPF**) de todos os sócios da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou **Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- g) Alvará de licença para localização e funcionamento da sede da empresa ou taxa de licença de funcionamento do ano atual.

III – RELATIVO A REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Nacional** (Dívida Ativa e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhista** (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, expedida gratuitamente e eletronicamente conforme determina o Art. 4º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes **estadual**, relativa ao domicílio da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual (SEFAZ)** acompanhada da **Certidão Negativa da PGE (Dívida Ativa)** em (Original ou cópia autenticada). (Original: Quando constar no corpo da certidão a observação de



que a mesma só é válida no original, do contrário aceita-se cópia autenticada) e **Fazenda Municipal** do domicílio da empresa, na forma de lei;

IV - RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, caso não conste a data de validade na certidão, será considerado **90 (noventa)** dias após a data de emissão.

b) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado** da sua sede, caso não conste a data de validade na certidão, será considerado **90 (noventa)** dias após a data de emissão.

9.1.2 - Os documentos deverão ser apresentados, grampeados e/ou encadernados, na ordem retro mencionada.

9.1.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório.

9.1.4 - As empresas participantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.

9.1.5 - Os documentos relacionados nesta Seção, referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente, exceto para os documentos constantes da alínea “a” do inciso I, do item 1.1, relativamente ao atestado de capacidade técnica para as empresas.

9.2 - Encaminhar, juntamente, a Proposta Econômica ajustada ao seu último lance para análise e conferência.

9.3 - A verificação pela Pregoeira nos sites oficiais das entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DISPUTA DE LANCES VERBAIS

10.1. O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**, onde será verificado o menor valor global de cada item das propostas apresentadas.

10.2. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, a equipe de apoio ordenará em ordem decrescente de preços e em seguida identificará a proposta de menor preço, classificando o seu autor, cujo conteúdo atenda as especificações do Edital e em seguida as propostas com valores sucessivos e superiores de até 10 (dez) pontos percentuais relativamente à de menor preço;

10.3. O conteúdo das propostas do subitem anterior será analisado, desclassificando aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

10.4. Não havendo, no mínimo, **03 (três) propostas válidas** serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços por lote oferecidos nas propostas escritas;



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



10.5. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, para verificar quais estão dentro do patamar máximo estipulado pela administração, e assim proceder para a fase de lances verbais que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e crescentes para o desconto sobre o valor.

10.5.1. Será vedado, portanto, a oferta de lance com vista ao empate.

10.6. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita;

10.7. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;

10.8. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

10.9. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

10.10. Ocorrendo a hipótese acima e havendo empate na proposta escrita, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;

10.11. Declarada encerrada a etapa de lances serão classificadas as ofertas na ordem decrescente de valor, consubstanciado nos descontos oferecidos;

10.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados;

10.13. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, podendo, para tanto, requerer a análise da área demandante para dar mais segurança no processo de aprovação da proposta;

10.14. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado.

10.15. Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências;

10.16. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será declarada desclassificada pelo Pregoeiro;

10.17. No intuito de dar celeridade aos lances, evitando-se dispêndio de tempo e diálogo protelatório na sessão, todos os representantes serão convidados a permanecer no recinto da sessão com seus aparelhos celulares desligados.

10.18. O tempo para apresentação de lances será de 03 (três) minutos, quando não cumprido considerar-se-á, para fim de julgamento, o lance anterior, resultando, desta forma, na desistência de ofertar novo lance.



11. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

- 11.1.** Encerrada a fase de lance para o item, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade;
- 11.2.** Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos;
- 11.3.** Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital;
- 11.4.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais.
- 11.5.** Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

12. DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 12.1.** Os recursos deverão ser manifestados, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro, devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata;
- 12.2.** O Pregoeiro indeferirá recursos intempestivos, imotivados, desarrazoados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata;
- 12.3.** Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão;
- 12.4.** As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 12.5.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora;
- 12.6.** Preenchidas as condições da admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:
- 12.6.1.** A Pregoeira aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



12.6.2. Encerrados os prazos acima, a Pregoeira irá analisar o recurso impetrado por escrito, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, este adjudicará o objeto do Pregão Presencial ao vencedor e homologará o procedimento licitatório;

12.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação nos meios de publicações o qual determina o Art. 21 da Lei 8.666/93.

12.10. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo quanto à disputa.

12.11. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

12.12. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer **até 02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura dos envelopes, ou seja, **até as 14:00 horas do dia/2019**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciar o mesmo, cabendo à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.

12.13. Os pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações ao edital, deverão ser encaminhados por escrito, devidamente instruídos contendo (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato, se possível, e-mail), bem como protocoladas para o Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Vila Rica, localizado na Av. Brasil, nº 2000, no prazo de até 02 (dias) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas.

12.14. Não serão reconhecidas impugnações do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em original, protocolados para o Departamento de Licitações, e dentro dos respectivos prazos legais.

12.15. Qualquer pedido de impugnação encaminhado **via fax ou por e-mail, será conhecido somente após o recebimento do original**, no Departamento de Licitação no endereço acima, até a data de que trata o item 11.12.

12.16. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

12.17. A impugnação deverá ser dirigida à Pregoeira no Departamento de Licitações do Município de Vila Rica do Estado de Mato Grosso.

12.18.1 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste pregão até o trânsito em julgado pertinente à decisão.



12.18. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, a Pregoeira poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A Adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo pregoeiro, ficará sujeita a homologação do Prefeito Municipal.

13.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação realizada no Pregão;

13.3. No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar a Ata da sessão pública e o contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Prefeitura Municipal poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto aos três primeiros classificados.

14.2. A Assessoria Jurídica convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade legais.

14.2.1. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento Jurídico.

14.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. Inexecução contratual pelos primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;

14.3.2. Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.

14.4. Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

14.5. A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.



14.6. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

14.7. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

15. DO CONTROLE DE PREÇOS

15.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.2.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.3.4 A empresa vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação de serviços, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

16. PENALIDADES

16.1. Aquele que, deixar de entregar ou apresentar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta dentro do prazo de validade, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura Municipal de Vila Rica:

- A. Advertência;
- B. Multa;
- C. Impedimento de licitar e contratar com a prefeitura municipal de vila rica, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- D. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a união enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Ensejará a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da contratação, sem prejuízo das penalidades citadas, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- A. Recusar-se, injustificadamente, a assinar o Termo de Contrato;



B. Não mantiver as condições de Habilitação, inviabilizando a contratação.

16.3. A multa deverá ser recolhida na Gerência de Tributação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, sob pena de execução judicial.

16.4. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

16.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

17. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e nos Decretos Estadual nº 7.217/2010 e Federal nº 7.892/2013.

17.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

17.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuada por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, conforme no anexo 09 do presente edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.5. A prefeitura de Vila Rica MT, será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Vila Rica revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

18.2. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



18.3. É facultado a Pregoeira ou autoridade superior:

A. proceder, em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

B. Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação da licitante e habilitação, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

C. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

D. O direito de solicitar apresentação de amostras em embalagens próprias e/ou demonstração do produto cotado, ficando neste caso os licitantes obrigados a atenderem a solicitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, entregando-as no local estipulado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação.

18.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

18.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais, que se fizerem necessárias à elaboração das Propostas, deverão ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico via internet (e-mail), conforme informações, a Pregoeira com antecedência de até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura da Sessão.

18.6.1. Os pedidos de esclarecimentos de que trata não constituirão, necessariamente, motivos para que se altere a data e o horário do Pregão.

18.6.2. As questões formuladas, bem como as respostas de interesse geral, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

18.7. As alterações do Edital que não afetem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, não sendo alterada a data da Sessão do Pregão.

18.8. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pela Pregoeira ou pela autoridade competente, desde que pertinentes, com o objeto do Pregão, e observadas a legislação em vigor.

18.9. A participação da Proponente nesta licitação implica em aceitação plena de todos os termos deste Edital.



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



18.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Vila Rica promotora do evento.

18.11. Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos.

18.12. É competente o Foro da Comarca de Vila Rica, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Pregão.

18.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência.
- ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preço.
- ANEXO III- Minuta do Contrato
- ANEXO IV – Modelo Proposta Econômica
- ANEXO V - Modelo Atestado de Capacidade Técnica
- ANEXO VI- Modelo Declarações
- ANEXO VII- Modelo de Procuração
- ANEXO VIII – Modelo de Cumprimento das Condições de Habilitação
- ANEXO IX - Descrição, Quantidade.
- ANEXO X – Modelo de declaração de responsabilidade técnica

Vila Rica/MT, ... Abril de 2019.

SÂMIA SANTOS ARAÚJO

Pregoeira Substituta
Portaria nº077/2019



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços típicos de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica para as Secretarias: Administração, Gabinete, Educação, Saúde, Obras, Agricultura, Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer.
- 1.2. O Registro de Preço será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo II e nas condições previstas neste Edital.
- 1.3. A Ata de Registro de Preço resultante deste certame **terá vigência de 12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura.
- 1.4. A quantidade máxima que poderá ser contratada através deste procedimento serão as constantes no anexo 09 deste edital.
- 1.5. As quantidades referidas no anexo XV são estimativas, não se obrigando a Administração à aquisição parcial ou integral.
- 1.6. As **especificações e quantidades** do objeto em questão, constam no **Anexo 09** do presente Edital.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 - A prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será prestada de acordo com a autorização de fornecimento emitida pelo Setor de Compras.
- 2.2 - O prazo de prestação dos serviços será de **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da data da Autorização de Fornecimento.
- 2.3 - A empresa vencedora deverá pegar o atesto da pessoa responsável pelo local onde os serviços foram prestados e apresentar ao Setor de Compras logo após a finalização do mesmo.
- 2.4 - Ocorrendo queda na qualidade de qualquer serviço durante o fornecimento, reserva-se ao Município o direito de rescindir o Contrato com o fornecedor.
- 2.5 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 2.6 - Prestar e dar garantia dos serviços executados.

3. LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 Os serviços serão prestados em todos os prédios da administração públicas que se fizerem necessários, este previamente indicado na autorização de fornecimento emitida pelo de compras.
- 3.2 Os serviços serão recebidos pelo solicitante de cada órgão da esfera municipal.



4. DO PRAZO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTAMENTO

4.1. DO PRAZO

4.1.1. O prazo da Ata, objeto do presente Pregão para Registro de Preço será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sem prorrogação.

4.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.2.1. Conforme item 11 da Minuta da Ata, ANEXO 02 deste Edital.

4.3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Consta no ANEXO 02 do presente edital.

4.4. DO REAJUSTAMENTO

4.4.1. Qualquer recomposição de preços somente ocorrerá nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666 de 21/06/93, da mesma forma reajustamentos só poderão ocorrer de acordo com o artigo 2º e seus parágrafos e, especialmente com o artigo 3º e seus parágrafos, ambos da Lei nº 10.192, de 14/02/2001, não sendo admitida qualquer outra modalidade de correção de preço não prevista nos dispositivos legais mencionados neste subitem.

5. OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - Firmar Contrato de fornecimento com o Município de Vila Rica, conforme normas e condições estabelecidas no presente Pregão, na Lei Nº. 8.666, de 21/06/93 e Legislação Complementar em vigor.

5.2 - Fornecer os produtos nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Vila Rica.

5.3 - Efetuar o fornecimento, conforme condições estabelecidas no item 02.

5.4 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus empregados, despesas fiscais, tributárias, fretes e quaisquer outras que não tenham sido incluídas no preço proposto.

5.5 - Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamentos ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

5.6 - Fica a Contratada obrigada a ressarcir ao Município, o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material.



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



5.7 - A Empresa vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação de serviços, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

5.8 - Manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do Contrato.

5.9. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo assistência técnica, nos equipamentos instalados no prédio sede, secretarias, e locais de eventos.

5.10 - Prestar os serviços, objeto deste contrato, obedecendo aos horários e prazos determinados pela CONTRATANTE. As manutenções preventivas deverão ser realizadas no decorrer da semana e em horário de expediente do órgão. Já as chamadas para manutenções corretivas poderão ocorrer a qualquer momento, inclusive sábado, domingos e feriados, devendo ser enviado o técnico num prazo máximo de duas horas. As rotinas de manutenção não deverão causar interferências ou paralisações no funcionamento normal no local.

5.11 Utilizar equipamentos, ferramental e instrumental adequados, necessários e suficientes á correta execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere á prevenção de acidentes.

5.12. Executar, quando necessário, ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato.

5.13. Utilizar ainda somente pessoal técnico especializado e treinado para o desempenho das respectivas funções, pertencente ao seu quadro de empregados e devidamente uniformizados e identificados com crachá, assumindo integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente do fornecimento e administração dos recursos humanos necessários á execução do contrato, que não terão nenhum vínculo trabalhista para com o CONTRATANTE.

5.14. Providenciar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o imediato afastamento de empregado ou preposto que motivadamente tenha concorrido para referido fato.

5.15. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato.

5.16. Encaminhar para o Setor de Compras da Prefeitura as notas de empenho e respectivas notas fiscais/faturas concernentes aos serviços mensais executados.

5.17. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrentes da execução desta Ata, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte de pessoal e equipamentos, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA.

5.18. Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Instrumento.



- 5.19. Cumprir integralmente com todas as especificações previstas no presente Edital.
- 5.20. Comprovar que possui no seu quadro de funcionários, responsável técnico.

6. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ATA

6.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preço caberá ao Setor de Compras no seu aspecto operacional, à Secretaria solicitante quanto ao recebimento do material e fiscalização e à Coordenadoria Jurídica nas questões legais.

7. DAS MODIFICAÇÕES E/ OU ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimos ou reduções) do fornecimento, objeto da presente Licitação, poderá ser determinada pela Contratante mediante assinatura de Termo Aditivo, observadas as normas legais vigentes.

8. DA PROPOSTA

- 8.1. A Proponente deverá elaborar a proposta conforme condições fixadas no Edital e no Anexo 04.
- 8.2. Elaborar proposta cotando preço unitário e total conforme discriminado no quadro constante do Anexo 09.

9. DO JULGAMENTO

- 9.1. O julgamento será efetuado por lote.
- 9.2. Será vencedora a Empresa que apresentar o menor preço e atender os critérios de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

10. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

10.1. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, e subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado Rua 04, nº 36, Setor Sul, nesta cidade de Vila Rica - MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 1614784 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 328.086.071-72, **RESOLVE** registrar os preços da Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sito à, Nº –, /, Cep:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, Inscrição Estadual nº, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº SSP/....., inscrito no CPF/MF sob o nº, nas quantidades estimadas **na seção 4.1** desta ATA de REGISTRO de PREÇO, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços típicos de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica para as Secretarias: Administração, Gabinete, Educação, Saúde, Obras, Agricultura, Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Vila Rica a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

2.2 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de preço as situações referidas nos Arts 77 e 78 da lei federal 8.666/93 e suas alterações.



3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 3.1 - A prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será prestada de acordo com a autorização de fornecimento emitida pelo Setor de Compras.
- 3.2 - O prazo de prestação dos serviços será de **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da data da Autorização de Fornecimento.
- 3.3 - A empresa vencedora deverá pegar o atesto da pessoa responsável pelo local onde os serviços foram prestados e apresentar ao Setor de Compras logo após a finalização do mesmo.
- 3.4 - Ocorrendo queda na qualidade de qualquer serviço durante o fornecimento, reserva-se ao Município o direito de rescindir o Contrato com o fornecedor.
- 3.5 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 3.6 - Prestar e dar garantia dos serviços executados.

4. CLAUSULA QUARTA – ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

4.1. Os itens constam no anexo 09.

LOTE N°

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	UNIT.	TOTAL
1						
TOTAL						

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;
- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, despesa de frete, carga e descarga, etc.)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



- 5.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo assistência técnica, nos equipamentos instalados no prédio sede, secretarias, e locais de eventos.
- 5.2. Prestar os serviços, objeto deste contrato, obedecendo aos horários e prazos determinados pela CONTRATANTE. As manutenções preventivas deverão ser realizadas no decorrer da semana e em horário de expediente do órgão. Já as chamadas para manutenções corretivas poderão ocorrer a qualquer momento, inclusive sábado, domingos e feriados, devendo ser enviado o técnico num prazo máximo de duas horas. As rotinas de manutenção não deverão causar interferências ou paralisações no funcionamento normal no local.
- 5.3. Utilizar equipamentos, ferramental e instrumental adequados, necessários e suficientes á correta execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere á prevenção de acidentes.
- 5.4. Executar, quando necessário, ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato.
- 5.5. Utilizar ainda somente pessoal técnico especializado e treinado para o desempenho das respectivas funções, pertencente ao seu quadro de empregados e devidamente uniformizados e identificados com crachá, assumindo integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente do fornecimento e administração dos recursos humanos necessários á execução do contrato, que não terão nenhum vínculo trabalhista para com o CONTRATANTE.
- 5.6. Providenciar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o imediato afastamento de empregado ou preposto que motivadamente tenha concorrido para referido fato.
- 5.7. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato.
- 5.8. Encaminhar para o Setor de Compras da Prefeitura as notas de empenho e respectivas notas fiscais/faturas concernentes aos serviços mensais executados.
- 5.9. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrentes da execução desta Ata, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte de pessoal e equipamentos, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.10. Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Instrumento.
- 5.11. Cumprir integralmente com todas as especificações previstas no Edital de Pregão Presencial nº. **010/2019** que deu origem ao presente instrumento.
- 5.12 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.



5.13 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Fundação;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.
- 6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.
- 6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- 6.5. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- 6.6. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas no edital.
- 6.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO EMPENHO

- 7.1. Após a emissão da Nota Fiscal e antes do envio dos produtos, a Empresa deverá enviar por e-mail cópia da Nota Fiscal.
- 7.2. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
- 7.3. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular perante a Receita Estadual, a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da futura eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito Municipal

Proj/Ativ. 2.002.....Manutenção e Encargos com o Gabinete
(11) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Administração

Proj/Ativ. 2.009..... Manutenção e Encargos com a Secretaria
(75) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria de Educação

Proj/Ativ. 2.019..... Manutenção e Encargos com a Secretaria
(123) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.020..... Manutenção do Fundo Municipal de Educação
(138) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.028..... Manutenção e Encargos com Salário Educação
(149) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.034..... Manutenção e Encargos com a Creche Municipal
(175) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
(177) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.035..... Manutenção e Encargos com a Pré-Escola
(186) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
(188) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2.046..... Manutenção e Encargos do PAB Atenção Básica
(515) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.049..... Manutenção e Encargos com CAPS
(570) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.051..... Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação
(578) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.053..... Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
(594) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.058..... Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária
(608) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.052..... Manutenção e Encargos com Laboratório Municipal



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



(586) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.061 Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde
631) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Proj/Ativ. 2.064.....Manutenção e Encargos com o Gabinete
(303) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.065 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública
(335) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.119 Manutenção das Despesas da SAEVIR
(361) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Agricultura

Proj/Ativ. 2.075Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura
(264) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Ação Social

Proj/Ativ. 2.083 Manutenção e Encargos com a Secretaria
(410) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.084 Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assist. Social
(428) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.095 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social
(453) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
(454) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

Proj/Ativ. 2.100 Manutenção e Encargos com Departamento Cultural
(376) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.104 Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto
(394) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.241 Manutenção e Encargos da Secretaria
(767) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis



9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.
- 9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do material (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
- 9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 9.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
- 9.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.
- 9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
- Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
 - Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
 - Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
- 10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
- 10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.



10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a, garantida prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.1.1. Notificação / Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº .../2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o empenho decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Vila Rica / MT, de de 2019.



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



 PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
 GESTÃO 2017-2020
 C.P.F.: 421.481.893-87
 R.G.: 1614784 SSP/GO
 Contratante

 C.P.F.:
 R.G.:
 Contratada

TESTEMUNHAS:

 CPF:
 RG:

 CPF:
 RG:



MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº
...../2019

CONTRATO..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA E A EMPRESA
..... PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado à Rua 04, nº 36, Setor sul, nesta cidade de Vila Rica - MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 1614784 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 328.086.071-72, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa sociedade, sita àmunicípio inscrito no CNPJ..... - sob o número neste ato representado por seu administrador, Sr....., inscrito no CPF: e Portador do RG:, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada Processo Licitatório nº **033/2019** e que se regerá pelo Pregão Presencial **010/2019**, e a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como a Lei 10.520/2002 e suas alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços típicos de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica para as Secretarias: Administração, Gabinete, Educação, Saúde, Obras, Agricultura, Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer, conforme especificação e quantidades descritas no Anexo 09.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Fundamenta-se o presente Contrato no disposto nos artigos 54 e seguintes, da Lei nº 8.666/1993, que foi devidamente autorizado pela Autoridade Competente desta prefeitura, cuja minuta foi aprovada por meio do Parecer Jurídico, os quais instruem o processo licitatório.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO



3.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial N°. .../2019 e seus anexos.

4. CLAUSULA QUARTA – ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

4.1 Segue tabela com item;

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

5. CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 - O preço global deste Contrato é de R\$ (.....) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira. Será pago após a entrega, conferencia e atesto na nota Fiscal.

5.2- O valor do presente contrato poderá ser alterado nos termos previsto no art. 58 da lei 8.666/93 § 1º e /ou 2º.

6. CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da futura eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito Municipal

Proj/Ativ. 2.002.....Manutenção e Encargos com o Gabinete
 (11) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Administração

Proj/Ativ. 2.009.....Manutenção e Encargos com a Secretaria
 (75) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria de Educação

Proj/Ativ. 2.019.....Manutenção e Encargos com a Secretaria
 (123) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.020.....Manutenção do Fundo Municipal de Educação
 (138) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.028..... Manutenção e Encargos com Salário Educação
 (149) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.034..... Manutenção e Encargos com a Creche Municipal
 (175) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 (177) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.035..... Manutenção e Encargos com a Pré-Escola
(186) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
(188) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ. 2.046..... Manutenção e Encargos do PAB Atenção Básica
(515) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.049..... Manutenção e Encargos com CAPS
(570) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.051..... Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação
(578) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.053..... Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
(594) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.058..... Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária
(608) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.052..... Manutenção e Encargos com Laboratório Municipal
(586) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.061..... Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde
(631) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Proj/Ativ. 2.064..... Manutenção e Encargos com o Gabinete
(303) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.065..... Manutenção do Sistema de Iluminação Pública
(335) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.119..... Manutenção das Despesas da SAEVIR
(361) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Agricultura

Proj/Ativ. 2.075..... Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura
(264) 3.3.90.39.16..... Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis



Secretaria Municipal de Ação Social

Proj/Ativ. 2.083 Manutenção e Encargos com a Secretaria
(410) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.084 Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assist. Social
(428) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.095 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social
(453) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
(454) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

Proj/Ativ. 2.100 Manutenção e Encargos com Departamento Cultural
(376) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.104 Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto
(394) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Proj/Ativ. 2.241 Manutenção e Encargos da Secretaria
(767) 3.3.90.39.16 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

7. CLAUSULA SETIMA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado através da agência do banco do, em uma única parcela, mediante transferência em favor da empresa licitante na conta..... agencia... ..Banco.....

7.1.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

7.1.2 Em hipótese alguma pagamento antecipado.

8. CLAUSULA OITAVA- DA VIGENCIA CONTRATUAL

8.1 O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

9.1 CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

9.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

9.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.



- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- 9.5. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- 9.6. Efetuar o pagamento á contratada, nas condições estabelecidas no edital.
- 9.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.1 CLAUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo assistência técnica, nos equipamentos instalados no prédio sede, secretarias, e locais de eventos.
- 10.2. Prestar os serviços, objeto deste contrato, obedecendo aos horários e prazos determinados pela CONTRATANTE. As manutenções preventivas deverão ser realizadas no decorrer da semana e em horário de expediente do órgão. Já as chamadas para manutenções corretivas poderão ocorrer a qualquer momento, inclusive sábado, domingos e feriados, devendo ser enviado o técnico num prazo máximo de duas horas. As rotinas de manutenção não deverão causar interferências ou paralisações no funcionamento normal no local.
- 10.3. Utilizar equipamentos, ferramental e instrumental adequados, necessários e suficientes á correta execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere á prevenção de acidentes.
- 10.4. Executar, quando necessário, ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato.
- 10.5. Utilizar ainda somente pessoal técnico especializado e treinado para o desempenho das respectivas funções, pertencente ao seu quadro de empregados e devidamente uniformizados e identificados com crachá, assumindo integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente do fornecimento e administração dos recursos humanos necessários á execução do contrato, que não terão nenhum vínculo trabalhista para com o CONTRATANTE.
- 10.6. Providenciar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o imediato afastamento de empregado ou preposto que motivadamente tenha concorrido para referido fato.
- 10.7. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato.
- 10.8. Encaminhar para o Setor de Compras da Prefeitura as notas de empenho e respectivas notas fiscais/faturas concernentes aos serviços mensais executados.
- 10.9. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrentes da execução desta Ata, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento,



bem como o custo de transporte de pessoal e equipamentos, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA.

10.10. Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Instrumento.

10.11. Cumprir integralmente com todas as especificações previstas no Edital de Pregão Presencial n°./2019 que deu origem ao presente instrumento.

10.12 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

10.13 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Fundação;

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 Nos termos do Art. 86 da lei 8.666/93 fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá garantir a previa defesa, aplicar ao contratado as sanções contidas nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1 São prerrogativas da Contratante as previstas no art. 58 da lei 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 Este Contrato poderá ser rescindido em conformidade com o art, 78, 79 e 80 da Lei de Licitações nº 8.666/93, caso seja vantajoso para administração.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PRESENTE CONTRATO

14.1 O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Servidor designado para esse fim a Sr , Portaria/2019 do dia ...de de 2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2 O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:



- I. Fiscalizar e atestar os serviços prestados, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;
- II. Comunicar eventuais falhas no cumprimento do objeto contratual, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias cabíveis;
- III. Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados aos serviços prestados.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Vila Rica / MT para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 04 (quatro) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

17. CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e do Código Civil Brasileiro ao presente contrato, em especial aos casos omissos.

Vila Rica / MT, de de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

GESTÃO 2017-2020

C.P.F.: 421.481.893-87

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

.....
C.P.F.:

R.G.:

Contratada

TESTEMUNHAS:

.....
CPF:

RG:

.....
CPF:

RG:



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 04

MODELO PROPOSTA ECONÔMICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2019

1. Razão Social da Empresa:
2. CNPJ Nº:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço Completo:
6. Telefone: (0XX)..... Fax: E-mail:
7. Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias.**
8. Prazo de Pagamento: **Conforme edital.**
9. Banco: Agência: Conta Corrente:
10. Representante da Empresa:
11. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa Proposta para fornecimento do objeto acatando todas as condições consignadas no Edital conforme planilha de preço a seguir:

LOTE Nº – (colocar na proposta somente os lotes arrematados)

ITEM	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	UND	QTDE	UNIT. R\$	TOTAL R\$
TOTAL						

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

.....//

Carimbo/Cnpj e Assinatura do Representante da Empresa

“7.24 - Os lances ofertados serão no valor global do lote. Na contratação, para o cálculo do valor unitário, será dividido o valor do lance, pela quantidade total de unidades licitadas do Lote. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, serão considerados, SOMENTE, as 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.”



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 05

MODELO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa
....., estabelecida na Rua
n.º, bairro, cidade.....
estado....., CNPJ n.º, é nosso fornecedor de (*descrever os serviços executados*), cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados ou produtos entregues, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto licitado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos o presente.

...../....., de de 2019.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome legível

Cargo

Carimbo CNPJ

OBSERVAÇÃO: Este modelo serve apenas como referência, não sendo obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica idêntico, desde que o atestado apresentado possua todas as informações constantes deste modelo.



MODELO DECLARAÇÕES

Empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no, DECLARA sob as penas da Lei:

- 1) ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V da LEI 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 79.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- 2) ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º, INCISO III da LEI 8.666/93, NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL E SOCIETÁRIO, SERVIDORES PÚBLICOS exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.
- 3) DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO: que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4) CUMPRIMENTO DO ART. 4º, INCISO VII DA LEI 10.520/2002, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis conforme previsto no Art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital;
- 5) DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.
- 6) DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA: a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pela Proponente), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Local e data

Nome, identificação e assinatura do licitante.



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 07

MODELO DE PROCURAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N° 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social da empresa com demais informações cabíveis de natureza legal)

OUTORGADO: (nome e qualificação)

OBJETO: Representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Vila Rica – MT, no Pregão Presencial n°/2019.

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e proposta, participar de sessões publicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas de preços, assinar as respectivas atas, Ata de Registro de Preços (instrumento de compromisso), registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar o direito de recursos, bem como assinar contratos e quaisquer documentos, indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato.

Localidade,.....de.....de 2019.

.....

(assinatura, nome e CPF do outorgante)

A firma do mandante deve ser reconhecida.



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 08

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – REGISTRO DE PREÇO

-----, CNPJ nº -----(nome da empresa) sediada ----- (endereço completo). Declara, sob as penas da Lei, que esta em situação REGULAR perante a Fazenda Municipal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, bem como, atende as exigências do edital quanto à habilitação jurídica para os fins previstos no Pregão Presencial nº...../2019 da Prefeitura Municipal de Vila Rica.

-----, ----- de ----- de 2019.

(assinatura do representante legal da empresa)



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 09

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES

As especificações e as quantidades dos produtos solicitados encontram-se indicados na tabela abaixo.

LOTE ÚNICO - SERVIÇOS ELÉTRICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	UNIT. R\$	TOTAL R\$
1	Aterramento de haste completo 5/8, 2,40m com conector.	Svc	700		
2	Aterramento de haste completo 1/2 2,40m com conector.	Svc	140		
3	Emenda de cabo monofásico	Svc	540		
4	Implantação de conjunto de disjuntor central	Svc	450		
5	Instalação de bocal tipo paflon	Svc	6380		
6	Instalação de bocal tipo soquete com rabicho	Svc	2200		
7	Instalação de boia elétrica para reservatório superior	Svc	170		
8	Instalação de bomba de poço submersa em poço semi-artesiano	Svc	188		
9	Instalação de bomba centrifuga em poço semi-artesiano	Svc	110		
10	Instalação de cruzeta	Svc	1165		
11	Instalação de lâmpada	Svc	800		
12	Instalação de luminária tipo refletor	Svc	5830		
13	Instalação elétrica de luminária tipo tubular para uma lâmpada fluorescente de 20w, inclusive reator de alto fator de potência, lâmpada e demais acessórios	Svc	100		
14	Instalação de motor bifásico	Svc	110		
15	Instalação de motor monofásico	Svc	185		
16	Instalação de motor trifásico	Svc	173		
17	Instalação de padrão	Svc	260		
18	Instalação de para-raios	Svc	255		
19	Instalação de tomada de sobrepor ou de embutir	Svc	2730		
20	Instalação de tomada para ar condicionado	Svc	760		
21	Instalação de tomada para telefone	Svc	335		
22	Instalação e/ou desinstalação de ventilador	Svc	410		
23	Instalação de transformador trifásico	Svc	107		
24	Instalação isolada de pino	Svc	15		



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



25	Instalação de posto de transformação monofásica	Svc	20		
26	Instalação de rac	Svc	30		
27	Locação de Poste	Svc	119		
28	Lançamento de cabo	Svc	5935		
29	Manutenção de conjunto de disjuntor central tipo troca de disjuntores	Svc	405		
30	Manutenção de quadro de comando tipo troca de fiação	Svc	610		
31	Manutenção de luminária tipo refletor	Svc	4390		
32	Posto de ramal para entrega	Svc	15		
33	Posto de transformação trifásica	Svc	40		
34	Quilômetro rodado de carro para atender a zona rural.	Km	5800		
35	Reforma de bomba de poço tipo (ANAUGER)	Svc	80		
36	Reforma de bomba de poço semi-artesiano, (CENTRIFUGA).	Svc	130		
37	Reforma de padrão	Svc	120		
38	Troca de caixa de padrão bifásico	Svc	60		
39	Troca de caixa de padrão monofásico	Svc	100		
40	Troca de caixa de padrão trifásico	Svc	80		
41	Troca de chave de motor monofásico	Svc	145		
42	Troca de chave de motor trifásico	Svc	60		
43	Troca de disjuntor bipolar	Svc	350		
44	Troca de disjuntor monopolar	Svc	400		
45	Troca de disjuntor tripolar	Svc	315		
46	Troca de elo fusível de base	Svc	885		
47	Troca de fiação de padrão	Svc	175		
48	Troca de fiação para ponto	Svc	245		
49	Troca de interruptor	Svc	1940		
50	Troca de interruptor + tomada	Svc	1810		
51	Troca de lâmpada	Svc	340		
52	Troca de lâmpada com reator	Svc	4700		
53	Troca de lâmpada simples de rosca	Svc	1600		
54	Troca de poste em rede de alta tensão monofásica	Svc	190		
55	Troca de poste em rede de alta tensão trifásica	Svc	140		
56	Troca de poste na baixa tensão	Svc	190		
57	Troca de para-raio	Svc	35		



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



58	Troca de reator	Svc	130		
59	Troca de reator eletromagnético	Svc	820		
60	Troca ou instalação de rede mestre	Svc	1505		
61	Troca de luminária tipo refletor	Svc	1020		
62	Troca de rele	Svc	3060		
63	Troca de tensão de rede de alta para baixa avaliando fases	Svc	244		
64	Troca de tomada	Svc	790		
65	Troca de transformador bifásico	Svc	20		
66	Troca de transformador monofásico	Svc	20		
67	Troca de transformador trifásico	Svc	20		
68	Serviço de manutenção substituição de bocais danificados (iluminação pública)	Svc	4000		
69	Serviço de retirada e troca de reator em poste nas Ruas	Svc	5200		
			TOTAL		



Estado de Mato Grosso
Governo Municipal
C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45



ANEXO 10

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Prefeitura Municipal de Vila Rica

PREGÃO PRESENCIA Nº ____/2019.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, conforme o disposto no edital em epígrafe, caso venhamos a vencer a licitação, o(s) responsável(eis) técnico(s) será(ão):

NOME	FORMAÇÃO	Nº REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	DATA REGISTRO	DO

Declara também, que a empresa se responsabiliza em emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART) de execução até o início dos serviços, bem como dispõe de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Carimbo e Assinatura